

Carta Aberta à População

A Delegacia Sindical do SINAIT em Pernambuco, a Associação dos Auditores Fiscais do Trabalho de Pernambuco - AFITEPE e a Associação dos Servidores Administrativos do Ministério do Trabalho/PE - ASTRAPE, em articulação com SINDSPREV/PE, o SINDSEP/PE, reunidos com as representações locais das seguintes centrais sindicais, federações, e sindicatos filiados presentes: **Central Única dos Trabalhadores – CUT; Força Sindical; Central dos Trabalhadores do Brasil – CTB; Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST; Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB; e FETAPE**, diante das discussões que pautaram o “Encontro pelo fortalecimento do MTE”, realizado em 21 de outubro de 2013 e considerando que:

- A defasagem no número de servidores públicos, administrativos e auditores fiscais do trabalho, tem ameaçado a continuidade da prestação de serviços de qualidade à sociedade e a imagem do MTE e da Auditoria Fiscal do Trabalho, reconhecidos pelo movimento de trabalhadores por seu importante papel social na busca pelo equilíbrio na relação capital e trabalho, componentes importantes para o progresso econômico e social de um país.
- Dos atuais 3.640 cargos de Auditores Fiscais do Trabalho, 841 encontram-se vagos. O MTE solicitou ao Planejamento concurso para 629 vagas, tendo sido autorizadas apenas 100, o que compromete a eficácia e o alcance da Auditoria Fiscal do Trabalho. Menos auditores fiscais do trabalho em atividade significa mais trabalhadores desassistidos no exercício da defesa de seus direitos pelo Estado.
- O alto Índice de Rotatividade Total, registrado entre os servidores administrativos, traz sérios comprometimentos à prestação dos serviços públicos aos trabalhadores em geral, tal índice chegou a 82,8%. Essa rotatividade é resultado da ausência de administração da carreira no tocante à valorização e à especialização dos servidores ao longo dos anos de serviços prestados à população
- O número reduzido de servidores, administrativos e auditores fiscais do trabalho, tem levado a situações que são combatidas nas empresas privadas pelos próprios auditores fiscais do trabalho, como a sobrecarga de trabalho, o índice de afastamento por doenças, o assédio institucional, o desvio de função, entre outras.
- Que as ingerências políticas na Auditoria Fiscal do Trabalho devem ser combatidas com veemência, a fim de garantir a devida autonomia e independência previstas pela Convenção nº 81 da OIT. Para isso, o Projeto de Lei Orgânica da Auditoria Fiscal do Trabalho precisa ser encaminhado do Ministério do Trabalho e Emprego para a Casa Civil da Presidência da República, impedindo que eventos similares ao ocorrido no Paraná, Rondônia, Paraíba e Rio de Janeiro, onde os AFT's estão impedidos de embargar e interditar por atos dos respectivos superintendentes, se repitam em outras Unidades da Federação.
- Em 2013, o PL 60/2011, de iniciativa governamental, extinguiu 715 cargos de agentes administrativos do MTE, para transformá-los em cargos de Analistas Ambientais e Analistas Administrativos do Ministério do Meio Ambiente com salários correspondentes ao dobro do que é pago aos agentes administrativos do MTE. Tal ato representa enorme descaso com o MTE, e, em especial, com seus servidores administrativos, que sofrem diariamente devido à insuficiência de servidores para atendimento à população e às condições salariais que ameaçam sua dignidade.
- Apesar das tentativas dos servidores administrativos para que o concurso a ser realizado somente ocorresse depois de discutidas as reais atividades do órgão em relação as suas atribuições, para a criação de cargo de analistas do trabalho nos setores de relações de trabalho, políticas públicas de trabalho, apoio à fiscalização do trabalho, o concurso público autorizado objetiva a contratação de servidores administrativos sem essa reflexão e, ainda, em número insuficiente para atender às demandas do MTE.

Carlos Silva
MTE

- Que o MTE vem, gradativamente, perdendo sua importância política, sendo, durante muitos anos, alvo de denúncias graves por corrupção e inércia, as sucessivas trocas de Ministros e Secretários de Inspeção do Trabalho, que ameaçam a continuidade de ações, políticas públicas e diretrizes, o esvaziamento das políticas públicas ativas do MTE (qualificação profissional, entre outras), havendo um verdadeiro desmonte do órgão em prejuízo ao conjunto de trabalhadores que, diariamente, recorrem às políticas públicas de trabalho e emprego.

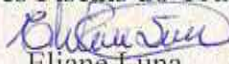
Decidiram por emitir a presente Carta Aberta à População para expor a fragilidade política e institucional que tem ameaçado o atendimento a trabalhadores e trabalhadoras de todo o país e exposto os servidores administrativos e auditores fiscais do trabalho a péssimas condições de trabalho e que, representando o movimento de trabalhadores de todo o Estado de Pernambuco, exigirão a realização de Audiência com a Presidenta da República, Dilma Rousseff, para tratar dos pontos acima, propondo a Composição do **Grupo Ministerial vinculado à Secretaria Geral da Presidência da República, com participação de servidores, administrativos e Auditores Fiscais do Trabalho**, que discutirá o Fortalecimento do MTE e da Auditoria Fiscal do Trabalho, por meio de:

1. Implantação do plano de carreira adequado, que faça frente às reais atribuições dos servidores administrativos do MTE (elaboração de proposta de Fortalecimento da Capacidade Institucional do MTE – decreto nº 6.944, de 21/08/2009 - para a transformação dos cargos de Agentes Administrativos do MTE em Analistas do Trabalho, extinção dos diversos cargos vagos que atualmente temos e direcionamento destes para criação de mais vagas de Analistas do Trabalho).
2. Encaminhamento do Projeto de Lei Orgânica da Auditoria Fiscal do Trabalho do MTE para a Casa Civil da Presidência da República.
3. A recomposição imediata dos cargos vagos de AFT's em todo o Brasil.
4. Que sejam realizadas as explicações necessárias pelos gestores do Poder Executivo a respeito da desvalorização da pasta, dos cargos de agentes administrativos do MTE que foram transferidos para o MMA e da redução do número de AFT's frente ao aumento da demanda por estes profissionais.



Carlos Silva

Delegacia Sindical do SINAIT em Pernambuco
Associação dos Auditores Fiscais do Trabalho de Pernambuco



Eliane Luna

Associação dos Servidores da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Pernambuco - ASTRAPE

Subscvem esta Carta:

Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Saúde e Previdência Social – SINDSPREV - PE

Sindicato dos Servidores Públicos Federais - SINDSEP-PE

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco - FETAPE

Central Única dos Trabalhadores – CUT

Central Força Sindical

Central dos Trabalhadores do Brasil – CTB

Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST

Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB